

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município.

Data: 16/03/1998.

Iniciada às 15H30 e encerrada às 20H55.

Aprovada em 23/03/98 e publicitada através do Edital nº 63/98.



Ordem do Dia:

I - ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 1998.

II - FINANÇAS

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA.
2. CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO MINI-MERCADO COM CAFETARIA DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE COIMBRA - CONCURSO PÚBLICO Nº 3/98 - ABERTURA DE PROPOSTAS.

III - PLANEAMENTO

1. CENTRO DE SAÚDE DE EIRAS - LOCALIZAÇÃO.
2. PARQUE INDUSTRIAL DE TAVEIRO - “MAQUINAÇÃO - SERRALHARIA MECÂNICA, LDª.” - AUTORIZAÇÃO DE HIPOTECA E RECONHECIMENTO DA SUA SUBSISTÊNCIA EM CASO DE REVERSÃO DO LOTE 17.

IV - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

1. MANUEL DA CONCEIÇÃO MENDES - LOTEAMENTO DE UM TERRENO EM S. SILVESTRE - REGTº 32703/97.
2. MARIA ALCINA ALMEIDA VICENTE DE OLIVEIRA BREDA - VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO PARA UM TERRENO EM FALA - REGTº 39398/97.
3. MARIA ROSA CASTRO DE CARVALHO ANDRÉ MOREIRA DE OLIVEIRA - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA ADÉMIA - PEDIDO DE REAPRECIACÃO - REGTº 31560/97.
4. PREDIMENDES, CONSTRUÇÕES, LDª. - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA CASA BRANCA - REGTº 32550/97.
5. ANTÓNIO DOS SANTOS CRUZ - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA UM TERRENO EM PINHAL DO BISPO - S. PAULO DE FRADES - REGTº 45968/97.
6. NATÁLIA MARIA DA SILVA - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE 3 ARMAZÉNS EM GÂNDARA DE ANTUZEDE - REGTº 45137/97.
7. EUCLIDES MARQUES PEDROSO - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA PEDRULHA - REGTº 28834/97.
8. MÁRIO DA CRUZ DIAS VIEIRA MACHADO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 82 NA RUA DO CIDRAL - LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA - REGTº 25941/97.
9. ANTÓNIO RAÚL DE ALMEIDA LOPES - PROJECTO DE LOTEAMENTO DE UM TERRENO EM EIRAS - REGTº 15420/97.
10. RAFAEL NUNES - CONSTRUÇÃO DE UM MURO EM TERRENO MUNICIPAL NA CASA BRANCA.
11. CAMPOS DO BOLÃO - PARCELA 3D - EMÍDIO FRANCISCO & FILHOS, LDª. E EMÍDIO FRANCISCO.
12. ARRANJO URBANÍSTICO DO BOTA-ABAIXO - AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO NA RUA JOÃO CABREIRA, PARCELA D - MARIA BELMIRA NUNES.

V- OBRAS MUNICIPAIS

1. SEMAFORIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA CASA DO SAL E DA RESPECTIVA ROTUNDA :
 - a) Abertura de concurso público;
 - b) Candidatura no âmbito da Segurança Rodoviária.
2. SEMAFORIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA CASA BRANCA:
 - a) Proposta de decisão;
 - b) Candidatura no âmbito da Segurança Rodoviária.

VI - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. PAGAMENTO DE DESPESAS DE CONDOMÍNIO RELATIVAS A FRACÇÕES PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NAS ASSEMBLEIAS DE CONDÓMINOS.

VII - CULTURA, TURISMO E ESPAÇOS VERDES

1. TOPONÍMIA.

VIII - AMBIENTE, SALUBRIDADE E ABASTECIMENTO

1. RECOLHA SELECTIVA DE MATERIAIS - INSTALAÇÃO DE ECOPONTOS NA CIDADE DE COIMBRA (1^a. FASE).

IX - ASSUNTOS DIVERSOS

1. BASCOL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 384/85 - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO.

X - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.
2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Manuel Augusto Soares Machado
Vereadores: Henrique José Lopes Fernandes
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Jorge Manuel Monteiro Lemos
João António Faustino da Silva
Luis Malheiro Vilar
José Francisco Pereira Rodeiro
José António da Silva Ferreira Ribeiro
João Oliveira Torres Pardal
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

Registou-se a ausência do Senhor Vereador José Augusto Gama.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, considerar justificada a falta do Senhor Vereador José Gama que comunicou não poder comparecer por motivos de natureza familiar. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Srs. Vereadores Henrique Fernandes, Teresa Portugal, João Silva, Luis Vilar, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Jorge Gouveia Monteiro e votou contra o Senhor Vereador Jorge Lemos.



A reunião foi presidida pelo Sr. Manuel Augusto Soares Machado, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Manuel Gilberto Mendes Lopes, Director do Departamento de Administração Geral, coadjuvado por Carla Margarida Marta Neves, Operador de Registo de Dados.



DELIBERAÇÕES TOMADAS

PONTO I - ADMINISTRAÇÃO GERAL

I.1. ACTA DA REUNIÃO DE 09/03/98

Deliberação nº 222/98 (16/03/98):

- Aprovar a acta da reunião do dia 9 de Março de 1998 com as respectivas alterações introduzidas na minuta que havia sido previamente distribuída a todos os membros do Executivo.

Deliberação tomada por unanimidade.

Relativamente à “Ordem do Dia” o Senhor Vereador Gouveia Monteiro solicitou, ao abrigo do Regimento das Reuniões” que fosse incluído na mesma a posição da Câmara Municipal relativamente à instalação das grandes superfícies comerciais, nomeadamente do Grupo Francês “Carrefour”, acrescentando que é indispensável clarificar se deu entrada ou não nos serviços camarários um pedido de licenciamento com aquele objectivo. No entanto constata que esse assunto não foi agendado e gostaria de ser informado do porquê desse não agendamento.

O Senhor Presidente informou que sobre este e outros temas importa clarificar a metodologia de agendamento. Quando há processos na Câmara Municipal instruídos ou em condições de ser apreciados, obviamente que são agendados nos termos do Regimento das Reuniões. Sobre este caso não existe nenhum documento apresentado na Câmara Municipal para efeitos de análise e parecer. O Ministério da Economia, no âmbito das competências que tem acerca da instalação no país de grandes superfícies, toma decisões em princípio, que depois são condicionadas mediante processo em concreto a apresentar pelos proponentes à Câmara Municipal. Os únicos dados que se conhecem sobre este assunto são recortes de imprensa que foram publicados, imediatamente antes das Eleições Autárquicas, um comunicado da Associação Comercial e Industrial de Coimbra também na mesma altura e uma informação que apareceu nos jornais cuja fonte não se conhece. Além disso houve o cuidado de verificar no Departamento de Administração Urbanística e Divisão de Planeamento Estratégico a eventual existência de algum dado sobre o assunto, tendo sido informado que nada havia sobre o mesmo. Assim, face à legislação em vigor, a Câmara Municipal está impedida de tomar qualquer posição em concreto, pelo que considera extemporâneo estar a discutir este assunto.

O Senhor Vereador Gouveia Monteiro retorquiu não ser a primeira vez que se agendam assuntos de interesse público para o concelho sem processo. Há dias, referindo como exemplo, foi discutido o problema da Telecom sem haver processo, uma vez que era de interesse concelhio.

O Senhor Presidente respondeu que esse era um assunto diferente na medida em que a Câmara Municipal não tinha poder de licenciamento nesse caso. Este assunto não é idêntico pois a Câmara Municipal tem poderes de licenciamento e a sua intervenção pode vir a ofender ou proteger interesses legítimos em presença. A discussão atempada pode e deve ser feita na presença do processo respectivo.

O Senhor Vereador Francisco Rodeiro e a propósito da inclusão de assuntos na “Ordem do dia”, informou que na passada reunião de 9 de Março os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram uma proposta de agendamento para a reunião de hoje relativa ao tema “Queima de Resíduos Industriais - Fábrica Cimpor - Souselas”. Verificaram com espanto que o mesmo não se encontrava agendado, pensando que poderiam hoje obter uma justificação sobre o não acolhimento do mesmo, pelo que manifestou o seguinte princípio de actuação futura: sempre que solicitarem o agendamento de qualquer assunto e o mesmo não tiver qualquer acolhimento, na reunião em que ele devesse constar da “Ordem do dia”, ausentar-se-ão da referida reunião.

O Senhor Presidente disse que mantinha a posição anteriormente assumida. Não se conhece nenhum elemento novo, nem ainda a Câmara Municipal foi consultada sobre esta matéria. Trata-se de um estudo em curso no âmbito do Ministério do Ambiente, pelo que é extemporânea a discussão, por falta de documentos, sobre um assunto que requer a atenção e o conhecimento de uma decisão no todo nacional sobre política de ambiente, incineração de resíduos industriais e reutilização de resíduos sólidos urbanos e/ou industriais. Referiu ainda que aquando da manifestação efectuada em Souselas promovida pelo Partido Social Democrata a equipa técnica nada adiantou sobre este assunto.

O Senhor Vereador João Pardal discordou das palavras do Senhor Presidente quando referiu que a manifestação de Souselas sobre a cimenteira tinha sido convocada pelo Partido Social Democrata, pois declarou que na mesma participaram candidatos à Autarquia de Souselas pelo Partido Socialista, e considerou que foi sim uma manifestação da população de Souselas. A questão é que estão em causa 100.000 toneladas de resíduos sólidos por ano e não vai ser construído nenhum forno, vão-se aproveitar os já existentes na cimenteira para queimar, sem que haja reciclagem, sendo certo que mais de 65.000 toneladas de resíduos são de natureza tóxica. Devido a este volume elevado de resíduos e à preocupação em defender não somente a população de Souselas, mas também a de Coimbra, solicitámos o seu agendamento, com base numa informação que o Senhor Secretário de Estado deu à comunicação social no passado dia 2 de Fevereiro em que dizia que estava presente o estudo de impacto ambiental. Quer saber somente se o problema é Souselas, e se é, quais as suas consequências para a saúde pública.

O Senhor Presidente referiu que este tipo de assunto deve ser colocado no período de intervenção reservado aos Srs. Vereadores, sendo essa metodologia a universalmente aceite e a que consta de regimento.

O Senhor Vereador João Silva solicitou que nos termos do Regimento das Reuniões passassem à discussão dos pontos agendados e no período intervenção dos Srs. Vereadores fossem debatidas estas questões e outras que considerassem pertinentes.

PONTO II - ECONOMIA E FINANÇAS

II.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Foi presente o balancete referente ao dia 13 de Março de 1998, pelo qual o Executivo tomou conhecimento que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal nesse dia era de 1.130.736.578\$30, sendo o saldo de operações de Tesouraria de 197.659.730\$40.

II.2. CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO MINI-MERCADO COM CAFETARIA DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE COIMBRA - CONCURSO PÚBLICO Nº 3/98 - ABERTURA DE PROPOSTAS.

O presente concurso teve apenas um concorrente “Vitor Jaime dos Santos Baptista”, o qual apresentou uma proposta no valor de setecentos e dez mil escudos mais IVA para o período de seis meses, nos termos do programa de concurso e caderno de encargos.

Com base na informação nº 268/98 da Divisão de Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 223/98 (16/03/98):

- Fazer baixar a proposta à respectiva Comissão de Análise.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III - PLANEAMENTO

III.1. CENTRO DE SAÚDE DE EIRAS - LOCALIZAÇÃO.

Pelo Senhor Presidente foi apresentado o processo acima identificado contendo uma proposta concreta para a localização do novo Centro de Saúde de Eiras e por si assinada em 11 de Março de 1998.

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro referiu que é necessário dar passos primários a nível de cuidados de saúde no concelho e portanto a construção dos Centros de Saúde de S. Martinho do Bispo, de Santa Clara e de Eiras estavam claramente identificados como prioritários, estando no fundamental de acordo com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, sendo certo que, em sua opinião, se deve fazer tudo para procurar acelerar a construção do Centro de Saúde em análise, o que o levou a apresentar uma adenda à proposta apresentada pelo Senhor Presidente, cujo teor é o seguinte:

“A aprovação da localização do Centro de Saúde de Eiras cria todas as condições para o avanço da construção deste importante equipamento de cuidados primários de saúde. Infelizmente, quando da discussão na Assembleia da República do PIDDAC para 1998/alterações na especialidade, a proposta do Grupo Parlamentar do PCP de reforço da dotação orçamental para esta obra foi “chumbada” pelos votos do PS e do PP. Ainda assim, creio que será possível começar com a construção do Centro de Saúde de Eiras ainda neste ano de 1998, indo além dos 5.000 contos previstos. Por isso, em adenda à proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, proponho à Câmara que:

.....

c) Informe desta deliberação o Senhor Governador Civil, solicitando as verbas necessárias, no ano em curso, bem como a inscrição em PIDDAC para 1999 das verbas indispensáveis à entrada em funcionamento do Centro de Saúde de Eiras.”

De seguida usou da palavra o Senhor Vereador João Silva para sublinhar em primeiro lugar o prazer de poder decidir sobre este assunto tanto mais que o seu primeiro trabalho em Coimbra foi no então Posto Médico de Eiras, actuais instalações do Centro de Saúde de Eiras. É um espaço que conheceu, onde trabalhou muitos anos e que com o desenvolvimento da cidade se encontra desde há muito inadequado, subdimensionado e sem condições. Em segundo lugar referiu que teve o prazer de enquanto elemento da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde ter proposto e perspectivado os Centros de Saúde que hoje foram dimensionados e perspectivados para Coimbra. Quanto à questão colocada pelo Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro pensa que não haverá talvez ninguém mais interessado hoje, para além dos próprios utentes e trabalhadores daquele espaço, do que a Administração Regional de Saúde em resolver o problema do Centro de Saúde de Eiras, pelos contactos havidos e pressões exercidas sobre o mesmo junto do Ministério da Saúde e da própria Câmara Municipal. Acha que a proposta apresentada pelo Senhor Presidente se enquadra perfeitamente e não concorda com a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

O Senhor Vereador João Pardal concorda com as palavras proferidas pelo Senhor Vereador João Silva e pensa que esta localização é importante sendo de avançar com a mesma.

O Senhor Vereador Luis Vilar referiu que a proposta apresentada pela Administração Regional de Saúde já vem de reuniões anteriores com o Governo Civil e neste caso é de apoiar esta Administração e não pedir novamente a quem o Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro considera que já superintendeu esta questão.

Após as considerações anteriores, o Senhor Presidente introduziu pequenas alterações à sua proposta inicial, cujo teor é o seguinte:

“O Centro de Saúde de Eiras, serve actualmente uma população de cerca de 22.000 habitantes provenientes das freguesias de Eiras, Brasfemes, Botão, Torre de Vilela, Souselas e S. Paulo de Frades.

A Câmara Municipal de Coimbra considera que a actual estrutura física não reúne condições para responder às solicitações e necessidades dos utentes que actualmente o utilizam.

Torna-se, assim, necessário a construção de um novo Centro de Saúde de Eiras.

Para o seu conveniente enquadramento urbanístico elaborou-se um estudo para Eiras. Este estudo, aprovado na generalidade pela Câmara Municipal em 20/10/97 (del. nº 7279/97), prevê para equipamento um terreno com as características exigíveis para a localização de um Centro de Saúde:

- localizado em malha urbana, com boas acessibilidades e bem servido de transportes;
- com pendente suave;
- com uma área de aproximadamente - 4.500 m²;
- servido de infraestruturas (acessos pavimentados, abastecimento de água, alimentação de energia eléctrica, drenagem de esgotos, ligação à rede telefónica, recolha de lixos).

O terreno referido será proveniente de cedências para a Câmara Municipal, através de:

- do alvará de loteamento nº 69;
- do loteamento em curso em nome de Alternativa Construções, SA, cuja solução urbanística já prevê a cedência para o efeito.

Assim, proponho à Câmara que aprove:

- a) a localização do novo Centro de Saúde de Eiras, no terreno assinalado na planta anexa;
- b) ceder gratuitamente o terreno municipal na condição de ser destinado exclusivamente a uso fim público e de a construção ter início até ao 1º trimestre de 1999;
- c) informar desta deliberação a Administração Regional de Saúde, o Governo Civil, o Ministério da Saúde, a Direcção do Centro de Saúde de Eiras, e as Juntas de Freguesia de Botão, Brasfemes, Eiras, S. Paulo de Frades, Souselas e Torre de Vilela, manifestando a importância do desenvolvimento célere do respectivo processo de construção, tendo em vista a instalação urgente deste importante equipamento social;
- d) submeter a autorização de cedência de terreno à Assembleia Municipal.”

O Senhor Presidente declarou ainda que não podia deixar de testemunhar o empenhamento neste processo do Presidente cessante da Junta de Freguesia de Eiras, Senhor Sérgio Gomes, do Presidente da Administração Regional de Saúde, Dr. Júlio Reis e por fim mas não menos importante o actual Vereador João Silva, que há mais de 10 anos, na qualidade de membro da Administração Regional de Saúde, teve reuniões de trabalho sobre este tema na Câmara Municipal quando o Senhor Presidente era na altura vereador responsável por este pelouro.

O Senhor Vereador Francisco Rodeiro referiu concordar no geral com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, dizendo desconhecer a existência de uma deliberação anterior no sentido da cedência gratuita do terreno, perguntando se tem sido seguida esta política para os outros Centros da Saúde, ao que o Senhor Presidente respondeu que é a política utilizada quando há terrenos municipais disponíveis, referindo como exemplo os Centros de Saúde Norton de Matos e de Santa Clara. Quando a Câmara Municipal de Coimbra tem terrenos (para equipamentos de saúde ou escolas) e o Estado não tem, a Câmara Municipal cede o terreno que possui.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou à votação a proposta apresentada e já acima descrita, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 224/98 (16/03/98):

- **Aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente para a localização do novo Centro de Saúde de Eiras e submeter o processo à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

III.2. PARQUE INDUSTRIAL DE TAVEIRO - “MAQUINAÇO - SERRALHARIA MECÂNICA, LD^a.” - AUTORIZAÇÃO DE HIPOTECA E RECONHECIMENTO DA SUA SUBSISTÊNCIA EM CASO DE REVERSÃO DO LOTE 17.

Respeita o presente processo à autorização de hipoteca e reconhecimento da sua subsistência em caso de reversão do lote 17 do Parque Industrial de Taveiro.

O Senhor Vereador Francisco Rodeiro questionou sobre quantas reversões já foram efectivadas no Parque Industrial de Taveiro e quantas autorizações de hipotecas e reconhecimento da sua subsistência em caso de reversão.

O Senhor Vereador Henrique Fernandes respondeu que foram efectuadas até à presente data seis casos de autorização de hipoteca e igualmente seis os casos de reversão de lotes.

O executivo deliberou:

Deliberação nº 225/98 (16/03/98):

- **Autorizar a constituição de hipoteca sobre o lote 17 do Parque Industrial de Taveiro e reconhecer a sua subsistência mesmo em caso de reversão, desde que o empréstimo seja aplicado na construção do citado lote de acordo com a informação nº 19/98 da Directora do Departamento de Notariado e Património.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

IV.1. MANUEL DA CONCEIÇÃO MENDES - LOTEAMENTO DE UM TERRENO EM S. SILVESTRE - REGTº 32703/97.

Refere-se o presente processo ao loteamento de um terreno em S. Silvestre, para o qual foram pedidos pela Câmara Municipal através do ofício nº 10887/97 a apresentação dos seguintes elementos: projecto de arranjos exteriores, projecto de arruamentos, regulamento do loteamento e alçado conjunto das moradias geminadas.

Sobre o mesmo o Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro considerou errado (a menos que informação complementar não presente à sessão o justificasse) que se exija a pavimentação em pavimento semirígido das zonas verdes cedidas para domínio público. Se tal exigência se deve a acautelar futuros encargos com manutenção, crê que há várias formas de o fazer e não apenas uma que, além do mais, aumenta a impermeabilização do solo.

O Senhor Presidente referiu que o processo estava tecnicamente fundamentado, através, nomeadamente da informação do Chefe de Divisão respectivo e Director do Departamento.

O Executivo deliberou, com base no parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 11/03/98:

Deliberação nº 226/98 (16/03/98):

- **Aprovar o alçado de conjunto que instrui o registo nº 28504/97 no âmbito do projecto de loteamento.**
- **Notificar o município a apresentar, no prazo de 45 dias e para efeitos de emissão do alvará de loteamento, os seguintes elementos: novo projecto de arranjos exteriores, regulamento do loteamento alterado e as medições e orçamentos dos projectos de arruamentos e arranjos exteriores (separadamente), nos termos da informação nº 395/98 da Divisão de Gestão Urbanística Norte.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.2. MARIA ALCINA ALMEIDA VICENTE DE OLIVEIRA BREDAS - VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO PARA UM TERRENO EM FALA - REGTº 39398/97.

Solicita a requerente acima identificada viabilidade de construção para um terreno sito em Fala, o qual se situa no denominado “Estudo Urbanístico da Zona do Campo do Vigor - Fala”.

O Executivo deliberou:

Deliberação nº 227/98 (16/03/98):

- **Considerar viável o loteamento do terreno em causa, nas condições constantes da informação nº 56/98 da Divisão de Planeamento Estratégico.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.3. MARIA ROSA CASTRO DE CARVALHO ANDRÉ MOREIRA DE OLIVEIRA - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA ADÉMIA - PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO - REGTº 31560/97.

Refere-se o presente processo ao pedido de reapreciação de um loteamento na Adémia a tramitar anteriormente em nome de Álvaro Rosa Pinheiro.

Com base no parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 11/03/98, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 228/98 (16/03/98):

- **Indeferir o pedido de reapreciação do processo de loteamento, nos termos e pelas razões indicadas nas informações nº 3171/97 da Divisão de Gestão Urbanística Norte e nº 351/97 da Divisão de Planeamento Estratégico, devendo notificarem-se as orientações técnico-urbanísticas nelas descritas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.4. PREDIMENDES, CONSTRUÇÕES, LDª. - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA CASA BRANCA - REGTº 32550/97.

Refere-se o requerimento registado com o nº 32550/97 a uma exposição e proposta para viabilização da urbanização acima identificada sem execução do arruamento na sua totalidade conforme tinha sido deliberado em reunião da Câmara Municipal de 27/05/96.

Para o mesmo o Director do Departamento de Administração Urbanística elaborou em 11/03/98, o seguinte parecer:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere indeferir a pretensão formulada (no sentido da revisão das condições/orientações expressas na deliberação municipal nº 4313/96, de 27/05/96), com base nas razões e fundamentação descritas nos pareceres técnicos elaborados pela Divisão de Gestão Urbanística Norte, consubstanciados na informação nº 3128/97, devendo notificarem-se as orientações enunciadas e remeter-se (em sequência à notificação da deliberação municipal), o processo à Assessoria de Planeamento e Ordenamento do Território para os efeitos indicados e com conhecimento à firma exponente.”

O Executivo deliberou:

Deliberação nº 229/98 (16/03/98):

- **Aprovar as propostas constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.5. ANTÓNIO DOS SANTOS CRUZ - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA UM TERRENO EM PINHAL DO BISPO - S. PAULO DE FRADES - REGTº 45968/97.

Pretende o requerente acima identificado informação prévia para construção de 8 moradias num terreno em Pinhal do Bispo - S. Paulo de Frades, inserido em zona residencial núcleo e florestal, mediante operações de destaque de loteamento das parcelas constituídas pelo destaque.

O Executivo deliberou, nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 11/03/98:

Deliberação nº 230/98 (16/03/98):

- **Emitir parecer desfavorável à pretensão nos termos do parecer do Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte de 25/02/98, devendo notificarem-se as orientações urbanísticas preconizadas no referido parecer.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Srs. Vereadores Henrique Fernandes, Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro e João Pardal e votou contra o Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

Justificação de voto do Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro - “Voto contra a emissão do parecer desfavorável relativamente a este pedido de viabilidade, por não estar devidamente informada a apreciação pelo Senhor Eng^o. Ferreira da Silva de violação do Regulamento do Plano Director Municipal. Preferiria seguir a informação do Senhor Eng^o. Matos Godinho, no sentido de considerar viável, com as condições expressas.”

IV.6. NATÁLIA MARIA DA SILVA - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE 3 ARMAZÉNS EM GÂNDARA DE ANTUZEDE - REGTº 45137/97.

Solicita a requerente acima identificada informação prévia para construção de 3 armazéns em Gândara de Antuzede, num terreno inserido em zona industrial, I2.

O Executivo deliberou, nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 11/03/98:

Deliberação nº 231/98 (16/03/98):

- Emitir parecer desfavorável ao estudo prévio apresentado, nas actuais circunstâncias de planeamento, porque é inconveniente para o ordenado desenvolvimento urbanístico da zona.
- Informar a requerente de que o terreno, de acordo com o Regulamento do Plano Director Municipal, se situa em zona industrial I2, obedecendo aos parâmetros urbanísticos mencionados na informação nº 383/98 da Divisão de Gestão Urbanística Norte.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.7. EUCLIDES MARQUES PEDROSO - LOTEAMENTO DE UM TERRENO NA PEDRULHA - REGTº 28834/97.

Respeita o presente processo a um loteamento de um terreno na Pedrulha, inserido em zona industrial de acordo com o Plano Director Municipal e para o qual foi elaborado/aprovado (deliberação de 26/09/94) um estudo urbanístico denominado “Ante-Plano de Pormenor da Relvinha”.

O Executivo deliberou, nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 11/03/98:

Deliberação nº 232/98 (16/03/98):

- Indeferir o pedido de licenciamento da operação de loteamento em apreço nos termos e pelas razões indicadas nas informações nº 2774/97 e nº 608/98 da Divisão de Gestão Urbanística Norte, notificando-se o requerente em conformidade, incluindo o conteúdo da informação nº 52/98 da Divisão de Planeamento Estratégico.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.8. MÁRIO DA CRUZ DIAS VIEIRA MACHADO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 82 NA RUA DO CIDRAL - LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA - REGTº 25941/97.

Solicita o requerente acima identificado a libertação da garantia bancária no valor de três milhões e quinhentos mil escudos referente ao alvará de loteamento nº 82 sito na Rua do Cidral, argumentando que já não é proprietário nem beneficiário do mesmo.

Sobre este assunto o Director do Departamento de Administração Urbanística elaborou em 11/03/98, o seguinte parecer:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere indeferir a pretensão, nos termos e pelas razões indicadas nos pareceres técnicos emitidos pela Divisão de Gestão Urbanística Centro, consubstanciados na informação nº 508/98. Mais proponho que se informe o requerente de que (face à situação difícil que a empresa urbanizadora está a atravessar), têm vindo a desenvolver-se esforços práticos junto das empresas que também menciona, no sentido de serem executadas as obras em falta, ou seja, o colector de esgotos e os arranjos exteriores do espaço envolvente, iniciativa que se perspectiva concluir em breve.”

O Executivo deliberou:

Deliberação nº 233/98 (16/03/98):

- **Aprovar as propostas constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.9. ANTÓNIO RAUL DE ALMEIDA LOPES - PROJECTO DE LOTEAMENTO DE UM TERRENO EM EIRAS - REGTº 15420/97.

Refere-se o presente processo ao projecto de loteamento de um terreno em Eiras, inserido em zona residencial, RA.

Com base no parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística elaborado em 11/03/98, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 234/98:

- **Indeferir o pedido de licença de loteamento ao abrigo do artº 13º, nº 2, alíneas a) e e) do Regime Jurídico do Licenciamento das Operações de Loteamento e Obras de Urbanização e nos termos dos pareceres emitidos pela Divisão de Gestão Urbanística Norte, consubstanciados na informação nº 129/98.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.10. RAFAEL NUNES - CONSTRUÇÃO DE UM MURO EM TERRENO MUNICIPAL NA CASA BRANCA.

Refere-se o presente processo à ocupação de um terreno na Casa Branca, pertencente ao domínio privado municipal (proveniente do alvará de loteamento nº 58).

Com base na informação nº 118/98 da Divisão de Solos e Projectos, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 235/98 (16/03/98):

- **Ordenar a demolição de todas as construções ali efectuadas com inclusão das vedações e portões, a ser executada pelos ocupantes, no prazo de 30 dias.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Srs. Vereadores Henrique Fernandes, Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro e João Pardal e voto contra o Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

Justificação de voto do Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro - “Votei contra a deliberação de ordenar a demolição como condição prévia para analisar a pretensão dos requerentes. Não tenho qualquer garantia por parte dos serviços camarários de que aquele terreno não venha de novo a ser o silvado que era. Necessitaria de conhecer o conjunto das situações em que as parcelas do domínio privado foram ocupadas por particulares e com que utilização.”

IV.11. CAMPOS DO BOLÃO - PARCELA 3D - EMÍDIO FRANCISCO & FILHOS, LDª. E EMÍDIO FRANCISCO.

Presente a informação nº 99/98 da Divisão de Solos e Projectos relacionada com um projecto de acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Coimbra e Emídio Francisco & Filhos e Emídio Francisco, tendo em vista a conclusão do processo de expropriação da parcela 3D dos Campos do Bolão.

Sobre este assunto intervieram o Senhor Presidente e os Srs. Vereadores tendo sido levantada a questão relacionada com os encargos que cabem às partes envolvidas neste acordo de princípio, pelo que o Executivo deliberou:

Deliberação nº 236/98:

- **Devolver o processo aos serviços a fim de informar complementarmente quais os encargos que cabem às partes, sendo necessário clarificar nomeadamente a diferença de onze mil contos que sobressai do processo, devendo o mesmo ser presente à próxima reunião da Câmara Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.12. ARRANJO URBANÍSTICO DO BOTA-ABAIXO - AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO NA RUA JOÃO CABREIRA, PARCELA D - MARIA BELMIRA NUNES.

Para este assunto e com base na informação nº 124/98 da Divisão de Solos e Projectos, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 237/98 (16/03/98):

- **Adquirir a Maria Belmira Nunes o prédio sito na Rua João Cabreira, nº 38, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 24431, Livro B - 62 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Cruz sob o artº 176º, pelo montante de oito milhões de escudos.**

Deliberação tomada por maioria. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Srs. Vereadores Henrique Fernandes, Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Jorge Gouveia Monteiro e abstiveram-se os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José António Ribeiro e João Pardal.

PONTO V- OBRAS MUNICIPAIS

V.1. SEMAFORIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA CASA DO SAL E DA RESPECTIVA ROTUNDA:

- a) ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO;**
- b) CANDIDATURA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA.**

Para o assunto acima mencionado e com base na informação nº 419/97 da Divisão de Trânsito, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 238/98 (16/03/98):

- **Abrir concurso público, ao abrigo do artº 48º do Decreto-lei nº 405/93, de 10 de Dezembro, para a semaforização do cruzamento da Casa do Sal e da respectiva Rotunda, aprovando para o efeito os respectivos projecto, programa de concurso e caderno de encargos, bem como a respectiva candidatura no âmbito da Segurança Rodoviária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Justificação de voto do Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro - “Voto favoravelmente esta intervenção para resolver problemas de segurança, mas sublinho duas coisas: 1 - o contra-senso de estarmos a semaforizar rotundas que, à partida servem para auto-condicionamento e maiores fluidez do tráfego automóvel; 2 - a enorme fragilização da rede viária naquele ponto (agravada pela errónea localização do parque dito periférico) obriga à consideração do prolongamento do Metro de Superfície para Norte da Estação Velha e outras formas de substituição do automóvel privado do Norte para o centro da Cidade.”

V.2. SEMAFORIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA CASA BRANCA:

- a) PROPOSTA DE DECISÃO;**
- b) CANDIDATURA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA.**

Sobre o assunto em epígrafe e com base na informação nº 88/98 da Divisão de Trânsito, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 239/98 (16/03/98):

- **Adjudicar a semaforização do cruzamento da Casa Branca a “Sinalarte - Indústria de Sinalização, Lda.”, devendo proceder-se à audiência prévia escrita dos interessados, nos termos do nºs 1 e 2 do artº 67º do Decreto-lei nº 55/95, de 29 de Março e aprovar a respectiva candidatura no âmbito da Segurança Rodoviária.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VI.1. PAGAMENTO DE DESPESAS DE CONDOMÍNIO RELATIVAS A FRACÇÕES PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NAS ASSEMBLEIAS DE CONDÓMINOS.

Através da informação nº 7/98 do Director do Departamento de Desenvolvimento Social é dado conta das despesas com o pagamento de serviços de interesse comum, das fracções de imóveis constituídos em regime de propriedade horizontal, propriedade da Câmara Municipal, que se encontram arrendadas, bem como das despesas relativas a tais fracções, que resultem da execução de obras de conservação às partes comuns dos prédios.

O Executivo deliberou:

Deliberação nº 240/98 (1603/98):

- **Assumir o pagamento de condomínio, quando essas despesas lhe forem legalmente imputáveis e na proporção respectiva.**
- **Quanto às outras questões abordadas na informação nº 7/98 do Director do Departamento de Desenvolvimento Social, deverão ser resolvidas por despacho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII - CULTURA, TURISMO E ESPAÇOS VERDES

VI.2. TOPONÍMIA.

A Sra. Vereadora Teresa Portugal apresentou este processo informando tratar-se de Daniel Rodrigues, um artesão que deixou obra vastíssima na cidade e é uma pretensão que tem a ver com outras comemorações que já foram feitas à volta deste nome.

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro chamou a atenção para muito numerosas deliberações da Câmara Municipal em matéria de toponímia, fruto do labor da Comissão de Toponímia no ano de 1988, e que estão por executar, quer porque ainda não foram localizadas, quer porque falta assinalar nos locais os topónimos decididos (caso mais grave da Praça das Cortes de Coimbra).

Com base na informação nº 210/98 da Divisão de Acção Cultural, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 241/98 (16/03/98):

- **Atribuir o nome de Daniel Rodrigues à chamada Estrada dos Malheiros, local onde este morou, adjudicando a respectiva placa toponímica a “Armando Moita Domingues” pelo valor de doze mil escudos mais IVA e a aquisição de um suporte em pedra calcária a “João Marques Leitão” pelo valor de cinquenta e oito mil escudos mais IVA.**
- **Dar conhecimento da presente deliberação à Divisão de Solos e Projectos e entidades oficiais, nomeadamente Conservatórias e Correios.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - AMBIENTE, SALUBRIDADE E ABASTECIMENTO

VI.1. RECOLHA SELECTIVA DE MATERIAIS - INSTALAÇÃO DE ECOPONTOS NA CIDADE DE COIMBRA (1ª. FASE).

Relativamente a este assunto o Senhor Vereador Luís Vilar referiu que o mesmo vem na sequência da política que a Câmara Municipal de Coimbra tem sobre a recolha selectiva e do contrato feito anteriormente com a ERSUC para a recolha selectiva de papel, vidro e metal. A colocação dos Ecopontos tem em vista melhorar a recolha de materiais já existente, tendendo a estender-se depois a todo o concelho. Existe uma avaliação feita sobre a localização destes Ecopontos e pretende agora estender-se, sendo certo que existem zonas da cidade como é o caso da zona histórica em que este material não poderá ser utilizado, mas sim outro que se possa adaptar à própria riqueza do Centro Histórico.

O Senhor Vereador João Silva usou da palavra para dizer que tem em seu poder uma proposta elaborada pelo Director do Departamento de Administração Geral, sobre a recolha selectiva de resíduos sólidos nas instalações da Câmara

Municipal de Coimbra, tendo em vista a sua articulação com o Departamento de Ambiente, Salubridade e Abastecimento, nomeadamente com a criação dos Ecopontos. Esta iniciativa pretende ser mais um contributo pedagógico concreto sobre esta matéria, para servir de exemplo aos municípios, que se pretende que adiram à iniciativa.

O Senhor Vereador João Pardal felicitou a colocação dos Ecopontos, registando também com apreço a proposta elaborada pelo Director do Departamento de Administração Geral. Gostava que este processo decorresse rapidamente, propondo uma campanha de sensibilização. Questionou o Senhor Vereador Luís Vilar para quando a colocação dos Ecocentros em locais estratégicos do concelho, destinados a receber materiais de maiores dimensões.

O Senhor Vereador Luís Vilar informou que o Ecocentro vai existir dentro do Aterro Sanitário, encontrando-se já em construção, pois não pode ser colocado dentro da cidade.

O Senhor Vereador Gouveia Monteiro levantou algumas questões sobre o assunto em análise reclamando também pelo facto de este assunto ter sido agendado sem haver qualquer processo sobre o mesmo, ao que o Senhor Presidente informou que este é um assunto diferente que decorre de decisões anteriores e que a ERSUC tem que ter luz verde da Câmara Municipal para poder instalar os Ecopontos, referindo também que não se trata de uma adenda ao protocolo existente com a ERSUC, mas sim uma decisão que deve ser articulada entre a Câmara Municipal e esta empresa.

O Senhor Vereador José António Ribeiro defendeu a criação de um recipiente intermédio entre o ecoponto e o ecocentro, referindo também que terá dificuldade em votar a favor uma vez que não viu que tipo de ecoponto é que vai ser colocado na cidade.

O Senhor Presidente informou que lhe apresentaram hoje um conjunto de sugestões, mas como não foram previamente distribuídas pelo Executivo, terá que ser tomada uma decisão na generalidade, pelo que colocou à votação o assunto em análise, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 242/98 (16/03/98):

- **Aprovar em princípio e na generalidade, a criação de Ecopontos, tendo em vista a instalação de 13 a 15 na cidade, numa 1ª. fase, ficando o Senhor Vereador Luís Vilar encarregado de apresentar uma proposta de localização concreta dos mesmos, em articulação com a ERSUC.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir à ordem do dia, o assunto que se segue:

PONTO IX - ASSUNTOS DIVERSOS

IX.1. BASCOL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 384/85 - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO.

Atendendo a que por lapso dos serviços na acta da reunião da Câmara Municipal de 02/02/98 consta que foi deliberado homologar o auto de vistoria para redução de caução do alvará de loteamento acima identificado, referindo-se que o valor a reduzir é de cento e cinquenta e um milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos, quando se devia referir que o valor da caução a reduzir é para cento e cinquenta e um milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos, o Executivo deliberou, tendo em conta o parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística de 12/03/98:

Deliberação nº 243/98 (16/03/98):

- **Rectificar a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 02/02/98 passando esta a ter o seguinte teor: "Homologar o auto de vistoria para redução da caução, respeitante aos arranjos exteriores do loteamento em nome de Bascol - Construção Civil, Lda., na Quinta da Romeira, a que corresponde o alvará de loteamento nº 384/95, sendo certo que o valor a reduzir é para cento e cinquenta e um milhões quatrocentos e cinquenta mil escudos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**X.2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.****INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR LUIS VILAR****1 - ANÚNCIO ELABORADO PELA COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA DA JSD**

O Senhor Vereador Luís Vilar apresentou um protesto contra um documento/anúncio elaborado pela Comissão Política Concelhia da Juventude Social Democrata, sobre habitação em barracas. Em sua opinião não concorda da maneira como a crítica foi feita, uma vez que as citações referidas não são condignas nem para as pessoas que ali residem, nem para o cidadão Manuel Machado. Quando o humor da critica ofende as pessoas a quem é dirigido, torna-se sarcástico, não sendo por isso a melhor maneira de se tratar das questões.

2 - CENTRO DE PRODUÇÃO DE SOUSELAS “CIMPOR”

O Senhor Vereador Luís Vilar informou o Executivo que irá ser apresentado um relatório sobre o tipo de queima utilizada por aquela empresa e os respectivos prejuízos para a saúde pública, bem como sobre a construção de placas para evitar ruídos. A título de informação que será depois confirmada no relatório, referiu que os índices de queima referidos na Lei são de 100 e os praticados pela Cimpor situam-se na ordem dos 70/80. Informou também que está a ser feito um estudo de impacto ambiental por uma comissão nomeada por despacho publicado no Diário da república de 04/07/97, cujo relatório será depois enviado à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, para ser em seguida colocado à discussão pública.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR FRANCISCO RODEIRO**1 - POLÍTICA INDUSTRIAL NO CONCELHO DE COIMBRA**

O Senhor Vereador Francisco Rodeiro informou que irá solicitar o agendamento para uma próxima reunião sobre a política industrial em Coimbra, o que considera de toda a pertinência, atendendo a que numa deslocação parlamentar feita ao concelho em que estiveram presentes estruturas representativas do tecido empresarial, foi referida a falta de uma política industrial em Coimbra.

2 - INSTALAÇÃO DE UMA GRANDE SUPERFÍCIE COMERCIAL EM COIMBRA

A propósito do desbloqueamento pelo Governo do processo de instalação de uma grande superfície comercial em Coimbra, o Senhor Vereador Francisco Rodeiro referiu ser contra a localização junto à rotunda da Fucoli, de uma grande superfície comercial. Admite instalações de grandes superfícies mas em localizações que reünam as características certas e adequadas ao empreendimento.

3 - CENTRO DE CONGRESSOS

O Senhor Vereador Francisco Rodeiro solicitou informação ao Senhor Presidente sobre o resultado da reunião com o Senhor Ministro da Economia, acerca do financiamento das obras destinadas à reconversão do Convento de S. Francisco em Centro de Congressos.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JORGE GOUVEIA MONTEIRO**1 - INSTALAÇÃO EM COIMBRA DE NOVAS GRANDES SUPERFÍCIES**

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro manifestou a sua preocupação pela instalação em Coimbra de novas grandes superfícies comerciais, que em seu entender, é um processo que deve exigir grande ponderação por parte da Câmara Municipal de Coimbra porque se trata de um tipo de equipamento com grande impacto sobre a vida urbana e porque o pequeno e médio comércio é um sector de importância estratégica, no tecido da cidade; propôs que a Câmara Municipal de Coimbra, desde já, emita parecer desfavorável á implantação de novas grandes superfícies comerciais dentro dos limites da zona urbana de Coimbra, e que transmita esse parecer à Direcção Geral do Comércio.

2 - OBRAS NA PRAÇA 8 DE MAIO

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro solicitou informação sobre as obras que estão em curso na Praça 8 de Maio.

3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro reiterou o seu protesto pela falta de condições de trabalho dos Vereadores da oposição, questionando o Senhor Presidente se já está resolvido o problema das instalações.

4 - REVISTA DE IMPRENSA

O mesmo Vereador solicitou ainda ao Senhor Presidente que a revista de imprensa sobre todas as notícias que durante a semana ocorrem sobre Coimbra, a nível local, regional e nacional e que só é distribuída aos Srs. Vereadores que estão em regime de permanência, passasse a ser distribuída a todos os Srs. Vereadores.

5 - CARTÃO DE VEREADOR

O Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro informou que já entregou os documentos necessários à elaboração do cartão de vereador e que até à presente data, o mesmo não lhe foi fornecido, solicitando celeridade no processo.

6 - SENHAS DE PRESENÇA

O mesmo Vereador questionou ainda o facto das senhas de presença ainda não terem sido pagas aos Vereadores que não são do Partido Socialista e não estão em regime de permanência.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO

1 - QUEIMA DAS FITAS

O Senhor Vereador José António Ribeiro referiu que gostaria de saber a posição do Senhor Presidente relativamente à localização dos espectáculos denominados “Noites do Parque” integrados na Queima das Fitas.

2 - CONDIÇÕES DE TRABALHO

Sobre este assunto o mesmo Vereador referiu o seu acordo ao que foi dito pelo Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro sobre esta questão.

3 - ACESSOS À ESTRADA NACIONAL 111

O Senhor Vereador José António Ribeiro informou da necessidade do acesso da povoação de S. Martinho de Árvore à Estrada Nacional 111 ser melhorado, em virtude do actual piso da Estrada Nacional estar muito alto, provocando um grande desnível na ligação.

4 - MUDANÇA DE INSTALAÇÕES

O mesmo Vereador referiu que foi informado por funcionária, que não identificou, que a mudança da Divisão de Solos e Projectos para o local onde hoje se encontra instalado o Departamento Jurídico se deve ao facto do não pagamento da renda do imóvel em causa. Pretende ser esclarecido desta situação. Disse ainda que as instalações destinadas ao Departamento Jurídico não reúnem o mínimo de condições quer para os trabalhadores, quer para os munícipes que diariamente se deslocam àquelas instalações para serem ouvidos em processos de contraordenação, que são sigilosos.

5 - JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA

Quanto à iniciativa da Juventude Social Democrata abordada pelo Senhor Vereador Luís Vilar, o Senhor Vereador José António Ribeiro referiu o seu espanto pelo ar ofendido demonstrado pelo Senhor Vereador Luís Vilar quando falou do assunto, uma vez que quando lia e enquanto mostrava aos Senhores Vereadores Henrique Fernandes e Jorge Lemos, fazia-o rindo-se. Pelo que o Senhor Vereador José António Ribeiro é forçado a constatar que o Senhor Vereador Luís Vilar é possuidor de uma “coerência peculiar”.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOÃO PARDAL

1 - “CORRENTE HUMANA”

O Senhor Vereador João Pardal informou o Executivo de que, por motivos profissionais anteriormente assumidos, não poderá participar na próxima quarta-feira na iniciativa que irá decorrer no dia 18 de Março próximo. No entanto deixou uma mensagem de solidariedade e respeito para com o povo timorense e felicitações ao Instituto Miguel Torga pela iniciativa.

2 - “CIMPOR”

Refere a sua satisfação pelo facto do Senhor Vereador Luís Vilar ter abordado o problema da cimenteira de Souselas, ficando a aguardar com alguma expectativa o relatório referido.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOÃO SILVA

O Senhor Vereador João Silva respondeu a algumas questões postas pelos Srs. Vereadores a saber:

1 - Instalações da Divisão de Solos e Projectos - convidou o Senhor Vereador José António Ribeiro a contactar o senhorio do imóvel Dr. Maia de Carvalho, para saber se a renda foi ou não paga, já que trouxe aqui este assunto que lhe terá sido comunicado por funcionária que não identificou.

2 - Noites do Parque - não sabe o que o Senhor Vereador José António Ribeiro quis dizer sobre esta questão e desconhece se há algum pedido feito á Câmara Municipal para a realização das Noites do Parque.

3 - Política Industrial - Considera ser uma obrigação do Partido Social Democrata apresentar uma proposta sobre política industrial e é excelente que o façam.

4 - Grandes Superfícies - sobre este assunto e face ao que ouviu sobre o que foi dito pelos Srs. Vereadores da oposição, chegou à conclusão que aceitam a instalação em Coimbra de várias superfícies comerciais, desde que fora do tecido urbano. Subscrive o primeiro parágrafo da proposta do Senhor Vereador Jorge Gouveia Monteiro quando se diz que é “um processo que exige grande ponderação por parte da Câmara Municipal de Coimbra”. E é este mesmo parágrafo que retira a utilidade da proposta, já que o mesmo exige dados objectivos e concretos, que no momento não existem pela inexistência de qualquer processo para análise.

INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA TERESA PORTUGAL**1 - REUNIÕES DA CÂMARA**

Sobre este assunto a Sra. Vereadora Teresa Portugal referiu que o arrastamento das reuniões e às vezes até um certo ambiente que se cria, quer pelo próprio arrastamento, quer pelo excessivo tempo utilizado a tratar dos assuntos que talvez não o justifiquem, leva não raras vezes ao afastamento dos assuntos em discussão. Este procedimento retira às reuniões da Câmara Municipal o sentido de carácter essencialmente executivo, reuniões essas que para si são um acto de grande seriedade. Finalmente fez um voto do melhor dos esforços para retirar ao que desta reunião poderão parecer atitudes de alguma menoridade, desejando que esse esforço fosse no máximo partilhado pelos Srs. Vereadores e que cada um fosse capaz desse exercício.

X.1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**1 - LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS**

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo dos processos de obras, no total de 149, objecto de despacho do Senhor Vereador João Silva no período de cinco a doze de Março de 1998, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas:

Despachos de deferimento nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Alice Baptista Rodrigues Henriques	2185/97
Amândio Cavaleiro Ribeiro	1395/98
Amândio Cavaleiro Ribeiro	1669/98
Américo Maria Jorge	48/98
Ângelo Marques Palrilha	1324/98

Ângelo Marques Palrilha	34418/97
António da Cruz Santos	8314/98
António Esteves Gomes Caridade	39725/97
António José Ferreira Duarte	33122/97
António José Pimentel Ferreira Calhau	7300/98
António Maurício Simões Manadas	42118/97
António Oliveira Casaleiro	1883/98
António Pedro Cortesão Coutinho	7571/98
António Seíça Salgado	10231/96
António Simões dos Santos	46550/97
Aurélio Apóstolo Cardoso dos Santos	13687/97
Avelino das Neves Gonçalves Seco	6201/98
Boaventura José Magalhães Pessoa Carvalho Simões	1075/98
Carla Sofia Gonzaga Pessoa dos Santos Silva	5873/98
Carlos da Silva Palhinha	34222/97
Carlos Manuel Alves Bento	1083/98
Carlos Manuel Gaspar dos Santos	8313/98
Construções Carrinhos, L.da	8536/98
Construções Correia & Marques, L.da	681/98
Construções Ramiro & Coelho, L.da	2005/98
Construções Ramiro & Coelho, L.da	5352/98
Cristiano Gomes Direito de Campos	39146/97
Cristina Maria Proença Padez	39489/97
Deolinda Moraes Monteiro	40694/97
Dulce Maria Jesus Matias	16820/97
Eugénio dos Santos Simões e outro	22452/97
Fernanda da Conceição Ferreira de Almeida Lousada	15616/97
Fernando dos Santos Silva	38024/97
Fernando Lourenço Lopes	21982/97
Fernando Lourenço Lopes	26223/97
Fernando Lourenço Lopes	26350/97
Fernando Vieira dos Santos Andrade	39934/97
Habimessias - Administração e Imobiliária, S.A.	8315/98
Habimessias - Administração e Imobiliária, S.A.	8316/98
Henrique Ferreira Teixeira	25031/97
Herdeiros de Joaquim da Cunha	42314/97
Humberto Abrantes da Silva	27126/97
Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro	38955/97
Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Centro	7006/98
Isabel dos Santos Simões	31552/97
Isabel Maria de Castro Lima Lopes	23184/97
Isabel Victória da Costa Moraes	44674/97
João Alberto Girão Seíça	37445/97
João do Nascimento Almeida	39148/97
João Luís de Oliveira	30084/97
João Manuel Baptista Lobato	27733/91
Joaquim Alves da Costa Romão	41385/97
Joaquim António das Neves Gomes	6400/98
Jorge Manuel Cardoso Gonçalves	46139/97
José Casalta Nabais	331/98
José Casalta Nabais	5418/98
José dos Santos Martins	747/98
José dos Santos Martins	757/98
José Francisco Simões	3293/98
José Luís da Silva	4809/98
José Manuel Laranjeiro da Costa	7374/98
José Pereira Marques /Rep. por:J. Godinho, L.da	3003/98
José Tavares & Filhos, L.da	1357/98
José Tavares & Filhos, L.da	46556/97
Libertário Baptista	39508/97
Lodicol - Sociedade de Construções, L.da	7584/98

Luciano Martins Pantaleão	40246/97
Luís Manuel da Guerra Pratas	3955/98
Madeira & Madeira, S.A.	46910/97
Manuel dos Santos Carvalhais	6938/98
Manuel Gomes Bernardo	6751/98
Margarida Maria Rodrigues Viegas e outro	5347/98
Maria Alexandra Tavares Cunha Gonçalves	35158/97
Maria da Conceição Miranda Vaz Alvarez	40206/97
Maria Idalina Barbosa de Magalhães Simões	5855/98
Maria Isabel Seica Veiga	2594/98
Maria Manuela Abrantes Meira	21684/96
Marilar - Construções, L.da	8537/98
Orlando Manuel Galocha Bastos	7822/98
Paulo Alexandre Ferreira Pereira	1381/98
Paulo Alexandre Ferreira Pereira e outro	40356/97
Pedro Manuel de Almeida Cunha Salgueiro	1163/98
Pedro Nunes, L.da	18430/97
Ramiro da Silva Gameiro, L.da	34061/97
Ramiro José Correia Rodrigues	1379/98
Raúl dos Santos Duarte	44219/97
Reis & Figueiredo, L.da	3123/98
Reis & Figueiredo, L.da	3124/98
Ricardo Alegre Duarte Moreira Portugal	38982/97
Sociedade de Construções Joaquim Rosa & Filhos, L.da	42464/97
Susana Catarina Batalha Veríssimo	1897/98
Urbip - Sociedade de Construções de Virgílio dos Santos, L.da	5349/98
Victor Manuel Várzeas da Maia	7570/98
Vitorino Inácio da Cunha	5902/98

Despachos de notificação, nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Administração do Condomínio Lote B7 da Rua Miguel Torga	1192/98
Catarina Isabel Simões Salgado	9049/96
Cooperativa de Habitação Económica Mondego, C.R.L.	44034/97
Damião Simões Lopes	5935/98
Isabel da Cunha Tinoco Lacerda / Herd. Alípio Afonso Carvalho	3455/88
José Manuel Oliveira	4794/98
Luís António Alvoeiro Lopes Antunes / Armando Almeida e outro	40340/97-SMASC
Manuel Mano	266/98-FOP
Ramiro Ribeiro de Sousa	11060/97
Sociedade de Construções da Pregueira, L.da	26224/97
Sociedade de Construções da Pregueira, L.da	26225/97
Ulisses de Oliveira Rodrigues & Pereira, L.da	40951/97

Despachos de indeferimento nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Alberto dos Reis Patricio	40112/97
EPPE - Empresa Portuguesa de Publicidade Exterior, L.da	2431/98
João Baptista Ramos de Almeida	35615/97
José da Cunha Marques	3360/98
José Manuel de Abreu Cardoso e outro	41396/97
Maria Arminda dos Santos	25044/97

Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços:

António Manuel Fonseca Oliveira Neto	3831/98
Áurea Maria Ferreira dos Santos	26349/97
Carlos Alberto Santos Rocha da Silva	1114/98
Francisco José Marques Lucas	5590/98
Mário Gomes de Matos	40346/97

Despachos aprovando plantas cadastrais, nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Emília Maria Castanheira dos Santos	43729/96
Joaquim Fernando Martins de Oliveira	33605/96
José Carlos Melo Rodrigues	9120/96
Maria Virgínia Barra de Oliveira Neves	20160/97
Miguel Alves da Silva	20888/97
Nelson Francisco Lima	19102/97
Real Mondego - Compra e Venda de Propriedades, L.da	21449/97

Despachos de embargo de obras, nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Aires Santos Botelho	532/98-FOP
Álvaro dos Santos Carvalho	508/98-FOP

Despachos mandando arquivar processos, nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Ângela Maria Cardoso Saraiva Breidenstein	31345/96
Liga Portuguesa dos Direitos do Animal	38875/97

Despachos solicitando parecer, nos termos e com os fundamentos constantes das informações técnicas e pareceres dos serviços:

Adelaide Maria Luísa de Magalhães e Menezes e outros	A.L. 338
Administradores da Urbanização do Vale das Flores	44982/97
Alb.Gam.Marques & Filhos,L.da e outros/Rep.por:A.Alv.Cardoso	44107/96
AMI - Assistência Médica Internacional	12312/97
António Inácio Antunes	46818/97
Domicilia Matos Santos	46948/97
Emídio Rodrigues dos Santos	35162/95
Eurico Almiro e Castro e outros	6529/98
Filipe José Abrantes Oliveira Elias	6573/98
João Carlos Oliveira Rodrigues & Filhos, L.da	7586/98
José de Castro Pereira Coutinho	279/98
José Pais Amaral e Luís M. Santos / Const. Antón. Carrinho, L.da	39703/97
Junta de Freguesia de Almedina	37858/97
Junta de Freguesia de Ceira	8443/98
Junta de Freguesia de Cernache	8841/98
Pensão Residencial Antunes	8616/98
Provedoria de Justiça	8876/98
Provedoria de Justiça	8877/98

Despachos mandando certificar nos termos das informações técnicas dos serviços:

Moparfrio -Construção e Reparação Equipamentos de Frio, L.da	46652/97
Ramos Catarino, S.A.	3682/98

Despachos mandando certificar (estabelecendo a numeração dos edifícios) nos termos das informações técnicas dos serviços:

Hélder Cláudio Traços de Sousa	6903/98.
--------------------------------	----------

2 - HOSPITAL PEDIÁTRICO

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo de um ofício enviado pela Administração Regional de Saúde do Centro, o qual informa que o Senhor Secretário de Estado da Saúde aprovou, por despacho, a nova localização do Hospital Pediátrico e ordenou a execução do projecto.

3 - INSTALAÇÃO DO “CARREFOUR”

A propósito deste assunto o Senhor Presidente informou que já se pronunciou sobre o mesmo em Dezembro do ano transacto. A Câmara Municipal, na altura própria, e em presença do conjunto de documentos indispensáveis fará uma análise concreta da situação.

4 - RAMPAS DA PRAÇA 8 DE MAIO

O Senhor Presidente disse tratar-se da execução de uma obra constante de projecto aprovado pela Câmara Municipal elaborado pelo Prof. Fernando Távora e visa dotar as rampas de condições necessárias à segurança pedonal, uma vez que o material aplicado inicialmente por indicação do projectista tem causado alguns transtornos, por se tornar escorregadio especialmente com o tempo mais quente.

5 - INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA

O Senhor Presidente deu conhecimento que em colaboração com o Ministério da Justiça e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra irá ser instalada em Coimbra, no Montarroyo, o Instituto de Criminologia.

6 - QUEIMA DAS FITAS

O Senhor Presidente informou também que se encontram marcadas reuniões com a Comissão Central da Queima das Fitas, recentemente constituída, e que já decorrem algumas com os técnicos municipais no sentido de dar apoio às solicitações. É uma iniciativa feita em Coimbra e ao longo dos tempos a Câmara Municipal tem estado disponível para dar o apoio possível.

7 - REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA

O Senhor Presidente informou que se encontra agendada com a Associação Comercial e Industrial de Coimbra uma reunião para tratar de assuntos relacionados com o comércio tradicional no Município de Coimbra.

8 - MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO

O Senhor Presidente informou ainda que se encontra marcada pelo Gabinete de Imprensa do Partido Comunista Português para amanhã, pelas 12 horas, à porta da Câmara Municipal uma manifestação, como acção simbólica de protesto e de denúncia pela alegada falta de democracia na Câmara Municipal de Coimbra.

9 - “CORRENTE HUMANA”

O Senhor Presidente informou também que decorre na próxima quarta-feira no âmbito das acções desenvolvidas pelo Instituto Miguel Torga e Câmara Municipal de Coimbra, a “corrente humana”, acção de solidariedade para com o povo timorense.

10 - REVISTA TAP AIR PORTUGAL

Congratulou-se com a revista da TAP Air Portugal denominada “Atlantis” que trata Coimbra de uma forma que a prestigia e a levará pelo mundo a bordo dos aviões daquela transportadora aérea e de outras companhias que com ela trabalham. Entende que se deve comunicar à Região de Turismo do Centro o apreço da Câmara Municipal pelo êxito indiscutível desta divulgação de Coimbra.

11 - INSTALAÇÃO DOS SRS. VEREADORES DA OPOSIÇÃO

Sobre este assunto informou que se encontra a ser trabalhada uma solução que passa por um entendimento com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que terá de dialogar com os líderes parlamentares e respectiva mesa da Assembleia. Não quis no entanto deixar de referir que as suas preocupações são manifestamente outras, considerando que as reuniões do Executivo Municipal têm decorrido com uma grande compreensão e paciência da sua parte, mas estão a tornar-se excessivas em alguns aspectos, o que não é indicador de eficácia, especialmente sobre as questões essenciais. Não está disponível para pactuar com actos de intervenção que se destinem a apoucar e a enxovalhar o poder local democrático, por isso não participará na discussão de temas recorrentes sobre os quais o povo decidiu, com toda a legitimidade em democracia, no dia 14 de Dezembro de 1997.

12 - CIMEIRA DOS MINISTROS DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA UNIÃO EUROPEIA

Por fim o Senhor Presidente informou que na sequência de contactos realizados e entendimentos e acções estabelecidos, terá lugar em Coimbra, no 1º semestre do ano 2000 (semestre em que Portugal preside à União

Europeia), a cimeira dos Ministros de Negócios Estrangeiros da União Europeia, reunião importante e prestigiante para Coimbra.

E sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e assinatura.